

Domínio e Poder (Romanos 7:1-6)

Dr. Rousas John Rushdoony

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

1. Não sabeis vós, irmãos (pois que falo aos que sabem a lei), que a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo que vive?
2. Porque a mulher que está sujeita ao marido, enquanto ele viver, está-lhe ligada pela lei; mas, morto o marido, está livre da lei do marido.
3. De sorte que, vivendo o marido, será chamada adúltera se for de outro marido; mas, morto o marido, livre está da lei, e assim não será adúltera, se for de outro marido.
4. Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para a lei pelo corpo de Cristo, para que sejais de outro, daquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que demos fruto para Deus.
5. Porque, quando estávamos na carne, as paixões dos pecados, que são pela lei, operavam em nossos membros para darem fruto para a morte.
6. Mas agora temos sido libertados da lei, tendo morrido para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito, e não na velhice da letra. (Romanos 7:1-6)

Antes de estudar esse texto, é bom ter em mente que os detalhes das parábolas e ilustrações não podem ser explorados para produzir um significado alheio. Dessa forma, na parábola do nosso Senhor com respeito ao mendigo Lázaro, somos informados que o homem rico no inferno olhou para cima e viu Lázaro no céu com Abraão (Lucas 16:19-31). Essa parábola não nos dá o direito de concluir que as pessoas no céu e no inferno podem se ver; o propósito da parábola requer o uso dramático de tal visão, e o propósito e sentido do nosso Senhor são apresentados em Lucas 16:29-31. Otto A. Piper, em *The Christian Interpretation of Sex* (1941), seguiu os Montanistas ao ver certos

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em agosto/2008.

textos como proibindo o casamento de pessoas viúvas; ao fazer isso, ele estava lendo a Escritura com propósitos alheios ao texto. O mesmo é verdade de Romanos 7:2: “Porque a mulher que está sujeita ao marido, enquanto ele viver, está-lhe ligada pela lei; mas, morto o marido, está livre da lei do marido”. Paulo não está dizendo que não existe divórcio; a passagem não tem tal significado em mente. Antes, seu propósito é dizer que uma demanda legal é normalmente válida sobre nós até a morte. A lei tem reivindicações sobre todos os que estão em dívida para com ela. Paulo não diz que a lei está morta, mas que um homem morto está morto para a lei, e a lei não tem reivindicação contra ele.

Em disputa está a reivindicação da lei contra um homem. Todo homem nascido de Adão é sentenciado à morte pela lei. Essa é a reivindicação da lei sobre ele: sua pessoa está sob uma penalidade de morte. Com Cristo como o nosso sacrifício e substituto vicário, estamos mortos para a lei, *mas a lei não está morta*. Ao mesmo tempo, como membros da nova humanidade de Cristo, estamos legalmente vivos em Cristo para a lei, sendo está agora nosso modo de vida, não uma sentença contra nós. Dessa forma, não podemos dizer, como faz Kasemann, que Paulo vê a lei como pertencendo “ao velho período”.² Tal interpretação, comum tanto em círculos católicos como protestantes, distorce o significado da fé e serve ao antinomianismo. O discurso profético de Zacarias sobre o nascimento de João o Batista nos dá uma declaração do triunfo da justiça de Deus na era cristã, isto é, nos diz que a lei de Deus será cumprida ou posta em prática:

68 Bendito o Senhor Deus de Israel, Porque visitou e remiu o seu povo,
 69 E nos levantou uma salvação poderosa Na casa de Davi seu servo.
 70 Como falou pela boca dos seus santos profetas, desde o princípio do mundo;
 71 Para nos livrar dos nossos inimigos e da mão de todos os que nos odeiam;
 72 Para manifestar misericórdia a nossos pais, E lembrar-se da sua santa aliança,
 73 E do juramento que jurou a Abraão nosso pai,
 74 De conceder-nos que, Libertados da mão de nossos inimigos, o serviríamos sem temor,

² Ernst Kasemann: *Commentary on Romans*, p. 186. Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1980.

- 75 Em santidade e justiça perante ele, todos os dias da nossa vida.
- 76 E tu, ó menino, serás chamado profeta do Altíssimo, Porque hás de ir ante a face do Senhor, a preparar os seus caminhos;
- 77 Para dar ao seu povo conhecimento da salvação, Na remissão dos seus pecados;
- 78 Pelas entranhas da misericórdia do nosso Deus, Com que o oriente do alto nos visitou;
- 79 Para iluminar aos que estão assentados em trevas e na sombra da morte; A fim de dirigir os nossos pés pelo caminho da paz. (Lucas 1:68-79)

Ou Deus enganou a virgem Maria e o sacerdote Zacarias, ou eles sabiam mais sobre o significado da era cristã do que nossos comentaristas antinomianos. De maneira bem óbvia, Maria e Zacarias não viram a lei de Deus posta de lado, mas, pelo contrário, a visão deles é do cumprimento da ordem apresentada na lei e nos profetas através de Jesus Cristo.

E. H. Gifford estava mais próximo da verdade ao comparar a união de Cristo com os crentes a um segundo casamento. Paulo nos dá três estágios: “(1) a dissolução do primeiro casamento; (2) o novo casamento; (3) seus frutos.”³ Os homens em Adão estão casados com o pecado e mortos diante da lei, sentenciados à morte. Ao morrerem em Cristo, o velho casamento deles termina, e a pena de morte não tem mais reivindicação sobre eles. Os antinomianos pervertem o significado da cruz; da forma como lêem, Cristo, ao invés de morrer para salvar Sua nova humanidade do pecado e da morte, morreu para salvá-los da lei, para livrá-los da necessidade de serem justos ou promover a justiça. Essa idéia é blasfêmia. Sanday e Headlam apresentam claramente o significado da cruz:

O cristão toma o seu lugar, por assim dizer, com Cristo sobre a Cruz. E ali tem o seu velho eu crucificado. O ‘corpo’ de Cristo aqui significa o ‘corpo crucificado’; o cristão partilha dessa crucifixão, e assim livra-se do seu passado pecaminoso.⁴

³ E. H. Gifford, “Romans”, in F. C. Cook, editor: *The Holy Bible, Commentary, New Testament*, vol. III, p. 134. London, England: John Murray, 1881.

⁴ William Sandy and Arthur C. Headlam: *The Epistle to the Romans*, p. 174. Edingburgh, Scotland: T. & T. Clark (1985) 1968.

Cranfield resume corretamente o significado de Paulo: os cristãos “estão livres da condenação da lei.”⁵

Ao usar a analogia do casamento, Paulo não comenta, e muito menos despreza as leis e referências bíblicas relacionadas ao casamento, isto é, Gm. 1:27; 2:21-24; Lv. 10:10; Dt, 24:1; Mt. 5:27-32; 19:3-9; Dt. 24:4; Gn. 25:1; Rute 1:9, etc. Contudo, ele usa o lugar de uma mulher no casamento para a sua analogia, não o lugar de um homem. Sua razão é chamar a atenção para um fato da vida no mundo romano, o status inferior da mulher. Ela estava ligada a um grau que os homens então não estavam, e Paulo procura ilustrar a posição de estar sob a lei como poder sobre nossas vidas. O marido romano controlava sua esposa legalmente; ainda mais, a lei como uma pena de morte tem uma reivindicação legal sobre nós.⁶

Assim, Paulo compara o lugar de uma mulher na lei marital greco-romana ao lugar de todos os homens, machos e fêmeas, primeiro, para com o pecado e a pena de morte legal para o pecado; e segundo, para com o nosso status em Cristo e em subordinação à Sua autoridade. Isso é resumido no versículo 2 na frase “a lei do seu marido.” No v. 1, somos informados que a lei como uma sentença de morte “tem domínio sobre o homem por todo o tempo que ele vive”. No vv. 4-6, somos lembrados que agora estamos sob o domínio de Jesus Cristo. *Em nenhum ponto não estamos sob domínio, quer o domínio do pecado e da morte, ou o domínio de Jesus Cristo.* O domínio do pecado significa o domínio da lei como uma sentença de morte. Na analogia de Paulo, nosso primeiro “marido” é o velho homem em nós, nossa vida como um membro da humanidade de Adão. A morte desse primeiro marido (v. 4) é nossa crucificação em Cristo, de forma que o “velho homem” em nós morra, e nos tornemos uma nova pessoa em Jesus Cristo. Esse novo relacionamento produz “fruto para Deus” (v. 4), não “fruto para a morte” (v. 5). Fomos salvos para que “sirvamos em novidade de espírito” (v. 6). Não devemos servir “na velhice da letra” (v. 6). Paulo aqui não coloca lei e Espírito em oposição, pois enfatiza o fato que a lei é *espiritual* (v. 14). O termo “letra” não é equivalente a lei, como Cranfield aponta. “Letra”, diz Cranfield, refere-se ao uso incorreto da lei em separação do Espírito.⁷

⁵ C.E.B. Cranfield: *The Epistle to the Romans*, p. 331. Edingurgh, Scotland: T. & T. Clark (1975) 1977.

⁶ R.C.H. Lenski: *The Interpretation of St. Paul's Epistle to the Romans*, p. 444. Columbus, Ohio: Wartburg Press, 1945.

⁷ Cranfield, *op. cit.*, p. 339s.

Em 2 Coríntios 3:6, Paulo diz: “a letra mata e o espírito vivifica”. A palavra traduzida como *letra* nessa sentença é *gramma*, assim como em Romanos 7:6. Essa palavra pode significar as letras individuais do alfabeto, *ou* pode significar papéis, cartas ou documentos.⁸ Paulo não está contradizendo o que disse anteriormente. “A letra” para ele é a documentação da nossa penalidade de morte pela lei.

Antes disto, Paulo enfatizou o fato que o homem tem apenas dois caminhos ou alternativas, e suas alternativas imaginativas não possuem substância. Agora Paulo nos fala sobre o nosso status subordinado no plano de Deus. Por causa do pecado, a lei como uma sentença de morte tem domínio sobre nós. Em Cristo, estamos sob o domínio do Espírito e de Cristo.

Os homens como pecadores procuram ser o seu próprio deus (Gn. 3:5). Como tal, entre outras coisas, eles buscam ser sua própria fonte de lei, determinando o bem e o mal para si mesmos. Outro fato do nosso pecado original e a vontade de sermos deus é a cobiça por poder. Deus é onipotente e tem poder absoluto, e o homem caído procura poder para si mesmo com uma intensidade religiosa. Às vezes, essa busca por poder é feita através de meios legítimos que são com freqüência socialmente produtivos, isto é, através do acúmulo de riqueza e status; todavia, são pessoalmente destrutivos. Com muita freqüência também a cobiça por poder utiliza meios ilegais.

Ao mesmo tempo, essa cobiça por poder é dirigida contra pessoas. Deus governa sobre uma humanidade criada à Sua imagem. O homem ou mulher faminto por poder procura impor uma imagem inventada sobre aqueles debaixo deles. Tal pessoa, como marido ou esposa, lutará para levar aqueles sob a sua autoridade a uma submissão radical à sua vontade. Essa cobiça por poder se estenderá a empregados, parentes e amigos. A pessoa cobiçosa por poder busca ao mesmo tempo humilhar e degradar, pois poder maligno não se alegra com nada tanto quanto com a degradação, humilhação e sofrimento daqueles em status subordinado. Mediante pura audácia e cinismo, tais pessoas buscam ganhar submissão ou fazer com que os outros tenham contínuas explosões de raiva.

⁸ R. Mayer, “Scripture, writing,” in Colin Brown, general editor: *The New International Dictionary of New Testament Theology*, vol. III, p. 483. Grand Rapids, Michigan: Zondervan (1971) 1979.

Andropov da U.S.S.R. era um exemplo disso. Ele era afável somente no triunfo de outros. Após contribuir para a destruição da breve liberdade da Hungria em 1956, fez com que Sandor Kopacsi e sua esposa fossem arrastados e trazidos até ele. Kopacsi tinha sido até então chefe da polícia de Budapeste. Andropov saudou-lhes cordialmente e esboçou um sorriso de adeus, à medida que eles eram levados para a prisão.⁹ George Orwell veio a entender esse aspecto do poder claramente. Os homens devem ser interrompidos, senão fazem do “ato de submissão” aos poderes humanistas que o requer “o preço da sanidade”.¹⁰ Foi sustentado por O’Brien de Orwell que somente a “escravidão é liberdade”, e que “poder é poder sobre os seres humanos” (p. 267). O poder se torna um fim em si mesmo; por conseguinte, a imagem final de uma bota prensando um rosto humano para sempre. O’Brien disse: “O Partido procura poder inteiramente para sua própria causa.” Sustém-se que poder é o fim, e não um meio. “O objeto da perseguição é a perseguição. O objeto da tortura é a tortura. O objeto do poder é o poder.”¹¹

O humanismo é um sistema fechado e limitado. Nem existem valores externos para o homem dizer que o poder deve ser subserviente aos fins morais. A lei e o valor do homem caído é a premissa do tentador de Gênesis 3:5. Isso entroniza o poder como um fim em si mesmo, como a expressão necessária da divindade do homem. A consequência desse desejo de poder é morte para aqueles que o exercitam e que se submetem a ele.

O domínio de Cristo sobre nós faz com que dominemos sobre os homens em outro sentido, para “servir em novidade de espírito” (v. 6). Devemos agora produzir “fruto para Deus” (v. 4), não “fruto para a morte” (v. 5). Cada aspecto do nosso ser, e cada exercício de poder, é trazido passo a passo em submissão à glória de Deus. O poder humanista termina em morte. Nosso Senhor resume a lei de Deus, e nosso exercício de poder, em dois mandamentos:

37... Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento.

38 Este é o primeiro e grande mandamento.

39 E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo.

⁹ Michael Voslensky: *Nomenklatura: The Soviet Ruling Class*, p. 366. Garden City, New York: Doubleday, 1984.

¹⁰ George Orwell: 1984, p. 252. New York, New York: Harcourt Brace Jovanich, (1949) 1977.

¹¹ *Ibid.*, p. 266s.

40 Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.
(Mt. 22:37-40)

Ao invés de morte, o exercício do poder piedoso produz vida.

Uma observação final: Paulo, no v. 1 diz, parenteticamente, “pois que falo aos que sabem a lei”, ou, que sabem lei. A referência é à lei em geral. Duas coisas devem ser observadas aqui, da forma como se aplicam aos cristãos em Roma. *Primeiro*, como cristãos eles eram o povo do Livro, então simplesmente o Antigo Testamento. Os crentes judeus sabiam a lei, e a pregação cristã então procedia do Antigo Testamento, apresentando Jesus Cristo como o cumprimento de toda a lei e os profetas. A fé bíblica era para eles inseparável da lei de Deus, assim como de Cristo. *Segundo*, Roma era incomum como uma civilização que estabeleceu seu Estado e Império sobre a lei, não importa quão humanista essa lei claramente fosse. Quando Paulo diz: “pois que falo aos que sabem a lei”, ele estava exatamente correto. Além do mais, seu argumento descansa sobre apreciação deles pela força da lei. Inserir um significado antinomiano em Paulo é tirar a força do seu raciocínio. Quando Paulo adiciona, “a lei tem domínio sobre o homem por todo o tempo que vive” (v. 1), todo cristão em Roma ouviu e leu isso com concordância e com uma pressuposição comum com Paulo. Através disso Paulo foi capaz de lançar o fundamento para uma sociologia da justificação.

Fonte: *Romans & Galatians*, R. J. Rushdoony, 105-110.